



INFORMATIVO

ABRIL

2025

podemos

SENADO



PÁG. 5

**COMISSÃO DE AGRICULTURA
PRIORIZARÁ REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA E LICENCIAMENTO
AMBIENTAL**

PÁG. 6

**Aprovado projeto que endurece pena
de corrupção**

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NO SENADO

Líder do Podemos no Senado:
Senador Carlos Viana (MG)

Presidente Nacional do Podemos:
Deputada Federal Renata Abreu (SP)

Chefe de Gabinete:
Ismael Almeida

Coordenador de Comunicação:
Alisson Esteves

Jornalista Responsável:
Fred Raposo

Diagramação e Arte:
Rafael Otero

Colaboradores:
Fernando Meira Dias, Déborah Queiroz, Yuri Age,
Rejjane Lacerda, Regis Godoi

SUMÁRIO

- 5** Zequinha Marinho define as prioridades da Comissão de Agricultura
- 6** Comissão de Segurança Pública aprova projeto de Marcos do Val que endurece pena de corrupção
- 9** Carlos Viana propõe projeto para destravar repasses da União a estados e municípios
- 10** Relatório de Soraya Thronicke sobre projeto que promove o envelhecimento saudável é aprovado na Comissão de Assuntos Sociais



“Ao priorizar a regularização fundiária e a criação da Lei Geral do Licenciamento, resolve-se boa parte dos problemas no campo”

ZEQUINHA MARINHO DEFINE AS PRIORIDADES DA COMISSÃO DE AGRICULTURA

À frente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal, Zequinha Marinho (Podemos-PA) tem dito que irá priorizar os projetos da regularização fundiária e o que cria a Lei Geral do Licenciamento Ambiental. Ambas propostas seguem em tramitação conjunta na CRA e na Comissão de Meio Ambiente. Eles fazem parte do conjunto de 75 proposições que tramitam no colegiado presidido pelo senador paraense.

“Se resolver a insegurança fundiária por meio da regularização e se a gente criar uma Lei Geral do Licenciamento, para acabar com essa bagunça de documentos e falta de padronização dos processos, iremos resolver boa parte dos problemas no campo”, justificou Zequinha Marinho.

O PL 510/2021 cria regramento voltado a facilitar a grave questão da necessidade de regularização fundiária de terras da União. O objetivo é desburocratizar a titulação de terras em processo de regularização visando à inclusão social de produtores rurais que têm naquela terra o único imóvel para sua subsistência e geração de renda.

“Precisamos reduzir a insegurança fundiária, que tanto dificulta o fomento da produção, como ainda causa violência no campo e o desmatamento criminoso de florestas”, comentou o senador.

Já o PL 2159/2021 estabelece a Lei Geral do Licenciamento Ambiental. Nos últimos anos, representantes do agro têm cobrado a readequação e racionalização do licenciamento ambiental. Eles justificam que assim será possível uma maior eficiência, previsibilidade, agilidade e isenção técnica nas análises, eliminando o excesso de burocracia e a sobreposição de competências institucionais. “O licenciamento ambiental precisa andar. Temos de avançar, temos de modernizar, agilizar, porque certamente ele mexe com a economia, não só do agro, mas de todos os setores produtivos do país”, concluiu Zequinha.

No momento, os dois projetos aguardam o parecer dos relatores para entrarem na pauta da CRA. A expectativa é que os relatórios sejam apresentados até o final desse semestre.

▲ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO SENADOR

Zequinha Marinho alerta para endividamento crescente no Pará, apesar de arrecadação recorde no estado.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA APROVA PROJETO DE MARCOS DO VAL QUE ENDURECE PENA DE CORRUPÇÃO

A Comissão de Segurança Pública (CSP) do Senado Federal aprovou o Projeto de Lei 677/2021, de autoria do senador Marcos do Val (Podemos - ES), que torna hediondos os crimes de corrupção ativa e passiva, além do peculato e da concussão.

Com a medida, a pena mínima foi aumentada de dois para seis anos e as práticas passam a não ser mais objeto de graça, indulto, anistia ou fiança. Além disso, o criminoso condenado deverá, necessariamente, começar a cumprir a sua pena em regime fechado.

Ao apresentar o PL 677/2021, o senador Marcos do Val pontuou que a corrupção, seja ativa ou passiva, constitui uma das formas mais graves de violência contra vítimas indeterminadas. “Por causa do desvirtuamento de recursos públicos, o atendimento do Estado às necessidades básicas

de milhares de cidadãos é impedido. Isso significa menos saúde, menos educação e menos segurança pública”, afirmou.


Em 2024, a organização não-governamental Transparência Internacional divulgou que o Brasil se encontra numa posição muito ruim no ranking do Índice de Percepção da Corrupção (IPC): de 180 países, ocupamos o 107º lugar, junto a Argélia, Malauí, Nepal, Níger, Tailândia e Turquia. Desde 2012, o Brasil já acumula uma perda de 38 posições no ranking do IPC.

Agora o PL 677/2021 seguirá em tramitação terminativa à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Se for aprovado, seguirá direto para a análise da Câmara dos Deputados, antes de ir à sanção presidencial.

▲ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO SENADOR
Marcos do Val propõe projeto para proteger policiais e seus familiares.



“Com o desvio de recursos públicos, temos menos saúde, menos educação e menos segurança”



“Defendo que os culpados sejam responsabilizados, mas sem comprometer o atendimento à população”

CARLOS VIANA PROPÕE PROJETO PARA DESTRAVAR REPASSES DA UNIÃO A ESTADOS E MUNICÍPIOS

O senador Carlos Viana (Podemos-MG) apresentou o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 152/2025, que busca garantir o repasse de recursos federais a estados e municípios em 2025.

A proposta suspende o artigo 6º da Portaria Conjunta MGI/MF nº 2, de 24 de janeiro deste ano, que impede novas transferências especiais aos entes da federação quando existem emendas de anos anteriores com planos de trabalho ainda não aprovados.

Para o líder do Podemos no Senado, a medida atual penaliza a população e não os gestores passados. “Esses recursos são essenciais para o funcionamento de creches,

postos de saúde e outras obras e serviços fundamentais para os cidadãos”, afirmou.

O senador destacou que muitas vezes os gestores responsáveis por irregularidades já deixaram os cargos, mas as comunidades continuam sendo prejudicadas. “Defendo que os culpados sejam responsabilizados, mas sem comprometer o atendimento à população”, finalizou.

O projeto será analisado pelas comissões do Senado e pode ser votado nas próximas semanas.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO SENADOR

Líder relatou projeto que originou a lei que celebra o Dia Nacional da Lembrança do Holocausto.

RELATÓRIO DE SORAYA THRONICKE QUE PROMOVE O ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL É APROVADO NA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou o relatório da senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS) sobre o Projeto de Lei 4798/2023, que propõe a inclusão de programas de incentivo ao envelhecimento saudável no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A iniciativa tem como foco a promoção de campanhas regulares que estimulem a adoção de hábitos saudáveis, contribuindo para a qualidade de vida da população em todas as fases da vida.

O objetivo da proposta é prevenir doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), que estão entre as maiores causas de morte no mundo. De acordo com o relatório, essas doenças são responsáveis por cerca de 70% dos óbitos globais. No Brasil, em 2022, excluindo os casos de Covid-19, três em cada quatro mortes foram causadas por DCNTs, como doenças cardiovasculares (27%), câncer (16,5%), doenças respiratórias (11,9%) e diabetes (5,1%) — juntas, elas respondem por mais de 60% da mortalidade nacional.

Em seu parecer, a senadora destacou que envelhecer com saúde exige a adoção de hábitos saudáveis ao longo da vida.

“Estamos falando de comportamentos, rotinas e práticas que ajudam a prevenir ou reduzir o risco de doenças que tendem a surgir com o avanço da idade, como o câncer, doenças cardiovasculares, respiratórias e o diabetes”, afirmou.

Soraya também ressaltou a importância de ampliar o olhar sobre o tema. “Quando se fala em envelhecimento saudável, é comum que se pense nas pessoas idosas. Contudo, como bem destaca o autor da proposta, senador Ciro Nogueira, o envelhecimento é uma realidade para todos — crianças, jovens, adultos e idosos. Por isso, é fundamental adotar estratégias para todas as faixas etárias que favoreçam esse processo com saúde e qualidade de vida”.

O projeto também define um conjunto de práticas essenciais para a promoção desse envelhecimento saudável. Entre elas: alimentação balanceada, prática regular de atividades físicas, hidratação adequada, sono de qualidade, controle do estresse, cuidado com a saúde mental, e a abstenção do tabaco e do consumo excessivo de álcool.


“Algumas dessas medidas já são bastante conhecidas pela população, outras nem tanto, mas todas têm como principal objetivo combater os fatores de risco que podem levar ao desenvolvimento de doenças crônicas, como sedentarismo, obesidade, tabagismo, hipertensão arterial, uso abusivo de álcool, estresse e dislipidemias”, completou a senadora.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA SENADORA

Soraya Thronicke defende ampliar mandato da liderança da bancada feminina.



“É fundamental adotar estratégias para todas as faixas etárias que favoreçam o processo de envelhecimento com saúde e qualidade de vida”

JUNTOS PODEMOS

 podemos.org.br

SEDE NACIONAL

SHIS QI, 17, conj. 3, casa 25 Lago Sul - Brasília/DF

CEP 71.645-030

Telefone (61) 3550-5619

WhatsApp (11) 91339-5577

 contato@podemos.org.br      @podemosnos Senado

SEDE ADMINISTRATIVA

Rua Vitorino de Moraes, 156

Chácara Santo Antônio - São Paulo/SP

CEP: 04714-030

telefone: (11) 3935-6353

 juntos@podemos.org.br      @podemosnos Senado

 **podemos**
SENADO